



**Tempo Comunidade como estratégia formativa nos cursos do Programa EcoSol:  
Ciranda Formativa Norte e Nordeste/Manuel Querino.**

RODRIGUES. Alba Valéria Neiva<sup>1</sup>;  
ALECRIM. Maria Aparecida Rafael da Silva<sup>2</sup>

**RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA**

**Grupo Temático: GT 2 - Educação para EcoSol: Educação popular, Políticas  
públicas para educação e Curricularização da extensão**

**Resumo**

Este artigo apresenta a concepção, desenvolvimento e impactos do Tempo Comunidade (TC) nos cursos de qualificação do Programa EcoSol: Ciranda Formativa Norte e Nordeste/Manuel Querino, ofertados em 2024 pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA) e instituições parceiras. Os cursos, com carga horária de 200h, incluíram 48h de atividades práticas realizadas no contexto social dos discentes. Fundamentado na pedagogia da alternância e nas diretrizes metodológicas da Educação em Economia Solidária (SENAES, 2012), o TC se constituiu como momento de articulação entre teoria e prática, promovendo a inserção ativa dos participantes em seus territórios. Os resultados demonstram que o TC fortaleceu o protagonismo dos estudantes, promoveu a integração com suas comunidades e favoreceu a construção coletiva do conhecimento, alinhada aos princípios da autogestão, da educação popular e da transformação social.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Educação Popular; Pedagogia da Alternância; Formação Profissional; Autogestão.

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias da Bahia (IFBA), Incubadora TEIAS (Tecnologia, Economia e InterAções Solidárias). [albavaleria@ifba.edu.br](mailto:albavaleria@ifba.edu.br)

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias da Bahia (IFBA), Incubadora TEIAS (Tecnologia, Economia e InterAções Solidárias). [maria.aparecida@ifba.edu.br](mailto:maria.aparecida@ifba.edu.br)



## Contexto

O Programa EcoSol: Ciranda Formativa Norte e Nordeste/Manuel Querino foi concebido como uma estratégia de qualificação social e profissional voltada a trabalhadores e trabalhadoras inseridos na dinâmica da economia popular e solidária. A iniciativa integra as ações do Ministério do Trabalho e Emprego, que em 2023 lançou o Edital Manuel Querino de Qualificação Profissional em âmbito nacional. O IFBA foi contemplado com a oferta de 1.440 vagas e, em 2024, promoveu cursos com carga horária de 200 horas, estruturados em conteúdos básicos (20%) e profissionalizantes (80%), dos quais 48 horas foram destinadas ao chamado Tempo Comunidade (TC).

Inspirado por princípios da Educação Popular (FREIRE, 1987; CALDART, 2004) e pela pedagogia da alternância (GADOTTI, 2001), o TC configurou-se como um espaço de articulação entre o saber escolar e os saberes populares, entre a vida cotidiana e o conhecimento técnico-político necessário à atuação no campo da economia solidária.

A respectiva ação está diretamente alinhada ao GT 2: Educação para a Ecosol, na medida em que sistematiza uma experiência recentemente aplicada em cursos de Formação Inicial e Continuada, apresentando resultados qualitativos. Isso se evidencia na abordagem da pedagogia da alternância como estratégia pedagógica para a construção e reelaboração do conhecimento, ao mesmo tempo em que o Tempo Comunidade se configurou como uma ação acolhedora e fundamental para garantir a permanência e conclusão dos cursistas, uma vez que o percentual de concluítes superou a de progamas semelhantes.

## Descrição da Experiência

O Tempo Comunidade (TC) é concebido como um conjunto de atividades formativas desenvolvidas pelos(as) discentes em seus contextos de vida, abrangendo espaços de moradia, trabalho e convivência. Trata-se de uma estratégia pedagógica que busca conectar os conteúdos teóricos aprendidos em sala de aula com as práticas solidárias vivenciadas nos territórios. O TC foi implementado nas 36 turmas<sup>3</sup> atendidas pelo programa, das 200h do curso, 48h foram direcionadas diretamente as atividades do TC.

Entre os objetivos centrais do TC, destaca-se a aproximação dos(as) estudantes da realidade concreta do cooperativismo solidário e das práticas autogestionárias,

<sup>3</sup> O Instituto Federal da Bahia (IFBA) coordenou as ações do Programa nas regiões Norte e Nordeste, contando com a participação do IFS, IFBAIANO, IFAL, IFCE, IFPB, IFRN, IFPA, IFAM e IFTO, além do próprio IFBA, como instituições executoras responsáveis pela oferta das atividades formativas. No total, foram constituídas 36 turmas distribuídas entre essas instituições.



estimulando a aplicação prática dos conteúdos trabalhados no processo formativo. Paralelamente, busca-se promover o desenvolvimento de competências técnicas, políticas e relacionais, essenciais ao exercício da função de agente de transformação social. O TC, portanto, não se restringe a um espaço de prática isolada, mas se constitui como elemento estruturante do percurso formativo, favorecendo a integração entre escola, território e comunidade (FREIRE, 1996; CALDART, 2004).

Na prática, diversas estratégias pedagógicas foram mobilizadas para o desenvolvimento do Tempo Comunidade, de acordo com a realidade de cada turma e território. Entre as ações desenvolvidas nas 36 turmas, destacaram-se a observação participante em visitas de campo, entrevistas com sujeitos sociais atuantes na economia solidária, projetos integradores fundamentados na pesquisa-ação, organização de feiras e eventos solidários, além da produção de relatórios e portfólios reflexivos. Essas atividades proporcionaram experiências concretas de diagnóstico, intervenção e sistematização, permitindo aos(as) estudantes desenvolver uma compreensão crítica dos contextos em que vivem e atuam (SANTOS, 2006; CATTANI, 2004).

O processo avaliativo do TC foi desenvolvido de forma contínua e formativa, levando em consideração a participação efetiva dos(as) estudantes, a qualidade dos trabalhos produzidos, os processos de autoavaliação e o acompanhamento dos impactos gerados nas comunidades. Inspirado nos princípios da educação popular, esse modelo de avaliação reconheceu o processo formativo como construção coletiva, valorizando avanços individuais e coletivos sem se restringir a instrumentos tradicionais de mensuração (FREIRE, 1987; BRASIL, 2020).

O acompanhamento pedagógico foi realizado por professores(as) tanto dos componentes básicos quanto, principalmente, das disciplinas profissionalizantes, onde se concentrou a carga horária do Tempo Comunidade. Sua atuação consistiu em orientar o planejamento das ações nos territórios, apoiar a identificação de problemas e potencialidades locais e contribuir para a elaboração dos registros reflexivos e das ações culminantes. Nesse processo, a mediação pedagógica teve papel central no fortalecimento da articulação entre teoria e prática, assegurando a coerência metodológica e fomentando o protagonismo estudantil na busca de soluções coletivas para os desafios vivenciados (SENAES, 2012; CALDART, 2004).

Assim, o Tempo Comunidade consolidou-se como um espaço privilegiado de aprendizagem, no qual se articulam o conhecimento técnico e o saber popular, fortalecendo a identidade dos(as) estudantes como agentes da economia solidária. Sua contribuição para o processo formativo evidencia o potencial de uma educação comprometida com a transformação social e com a construção de um modelo de desenvolvimento fundamentado na solidariedade, na justiça social e na autogestão.



## Resultados

A experiência do Tempo Comunidade nos cursos de qualificação profissional e social do Programa EcoSol: Ciranda Formativa Norte e Nordeste/Manuel Querino demonstrou impactos significativos tanto na formação dos sujeitos quanto nos territórios onde estão inseridos. O TC, ancorado na pedagogia da alternância e nos princípios da educação popular, consolidou-se como um espaço formativo fundamental, ao permitir que os(as) estudantes colocassem em prática os conhecimentos adquiridos, articulando saberes acadêmicos e experiências territoriais (FREIRE, 1987; GADOTTI, 2001; SENAES, 2012).

O programa obteve 83,4% de aprovação, superando as médias históricas de outros programas voltados para a educação de jovens e adultos (BRASIL, 2020). Tal resultado pode ser atribuído, entre outros fatores, à inserção do Tempo Comunidade como estratégia metodológica que promoveu maior sentido e identificação entre os conteúdos curriculares e a realidade vivida pelos(as) participantes, respeitando seus ritmos, saberes e modos de vida. A alternância entre momentos formativos na escola e na comunidade favoreceu o enraizamento da aprendizagem e a valorização do cotidiano como espaço legítimo de produção do conhecimento (CALDART, 2004).

Em termos econômicos, a formação ofertada teve efeito direto na ampliação das possibilidades de geração de renda. Os conteúdos e práticas trabalhadas durante o curso estimularam o fortalecimento de empreendimentos já existentes, bem como a criação de novos arranjos produtivos locais, promovendo a autossuficiência econômica e a redução da dependência de políticas assistencialistas. Diversos(as) cursistas relataram aumento nas vendas, melhorias na organização dos grupos e ampliação do acesso a circuitos de comercialização solidária, demonstrando os efeitos concretos da formação para a sustentabilidade dos empreendimentos (CATTANI, 2004; CORAGGIO, 2016).

Além disso, observou-se uma redução da vulnerabilidade socioeconômica nos territórios de atuação do programa. A qualificação profissional proporcionou a diversificação das atividades produtivas, respeitando os arranjos socioculturais e econômicos locais e fortalecendo a resiliência dos empreendimentos frente às pressões do modelo capitalista hegemônico, que historicamente marginaliza as economias populares (SINGER, 2000; CORAGGIO, 2000). A proposta pedagógica do TC possibilitou aos cursistas diagnosticar e responder de forma autônoma aos desafios de seus contextos, promovendo soluções enraizadas nas realidades locais.

Os dados demográficos também apontam para um impacto expressivo em termos de justiça social. Das 1.440 vagas ofertadas pelo programa, 83,7% foram ocupadas por



pessoas que se autodeclaram pretas, pardas ou indígenas, e 79,1% por mulheres. Estes números evidenciam o compromisso do programa com a equidade racial e de gênero, alinhando-se à Resolução nº 3.222/2021 do Governo Federal, que estabelece prioridade de atendimento a públicos em situação de vulnerabilidade. O programa, ao alcançar majoritariamente populações historicamente excluídas dos processos formais de qualificação, reafirma sua centralidade enquanto política pública de combate às desigualdades estruturais (BRANDÃO, 2002; BRASIL, 2021).

Por fim, a vivência no Tempo Comunidade revelou-se decisiva para o engajamento dos(as) estudantes no processo formativo. As atividades desenvolvidas nos 48h do TC proporcionaram maior integração entre cursistas, escola e comunidade, ampliando o vínculo com o curso, favorecendo a permanência e estimulando a ação social transformadora. As práticas realizadas — como visitas técnicas, oficinas, feiras solidárias, entrevistas e pesquisas-ação — geraram envolvimento direto com a realidade dos territórios, contribuindo não apenas para a formação técnica, mas também para o fortalecimento da cidadania ativa e da consciência crítica (FREIRE, 1996; SENAES, 2012).

Dessa forma, o Tempo Comunidade reafirma seu papel como eixo estruturante da proposta pedagógica do Programa Manuel Querino, ao consolidar uma formação comprometida com a transformação social e com a construção de alternativas econômicas autônomas e solidárias nos territórios populares do Norte e Nordeste do Brasil.

### Considerações Finais

O Tempo Comunidade revelou-se uma estratégia formativa potente para a promoção de uma educação crítica, emancipadora e comprometida com a transformação social. Mais do que um momento prático, o TC configurou-se como um dispositivo metodológico que possibilita o enraizamento territorial da formação, a valorização dos saberes populares e o fortalecimento da economia solidária como projeto societário.

Com base na pedagogia da alternância e nos princípios da educação popular, o TC contribuiu para consolidar um modelo de formação que articula conhecimento técnico, engajamento comunitário e ação política. Sua continuidade e aprimoramento nos próximos ciclos formativos devem ser prioridade das instituições públicas comprometidas com a justiça social e com o fortalecimento de práticas econômicas autogestionárias.

### Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação Popular*. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.



- BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural. *Política Nacional de Economia Solidária*. Brasília: Governo Federal, 2020.
- BRASIL. Resolução nº 3.222, de 28 de dezembro de 2021. Estabelece critérios de prioridade no atendimento a públicos em situação de vulnerabilidade. Brasília: Governo Federal, 2021.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2004.
- CORAGGIO, José Luis. *Da economia dos setores populares à economia do trabalho*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- CORAGGIO, José Luis. *Economia Social e Solidária: uma visão de conjunto*. In: *Economia Solidária: utopia ou realidade?* São Paulo: Cortez, 2016.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Práxis*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Política Nacional de Economia Solidária: diretrizes e estratégias*. Brasília: MTE/SENAES, 2012.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.